PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA NAS ESCOLAS: RELAÇÃO CAPACITAÇÃO/QUALIDADE DE ENSINO

Daniela Flegler de Souza1, Gustavo Ramos Lana¹ Pedro Henrique Ladislau¹, Leonardo Emmanuel, Cerqueira Rêgo².

¹Acadêmicos do curso de Licenciatura em Educação Física

² Pós-graduado em Docência no Ensino Superior – Docente da Faculdade Multivix (Cariacica)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar a percepção de professores de Educação Física da rede pública da Grande Vitória/ES acerca da relação entre o nível de (in)capacidade técnica para ensino da unidade temática sugerida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Práticas Corporais de Aventura, e o grau de qualidade na implementação da mesma no cotidiano laboral, por meio de questionário autoavaliativo. Tem-se como pressuposto que a recente efetivação das orientações da BNCC demanda um processo urgente de formação continuada dos profissionais em atividade, uma vez que o processo de formação acadêmica destes não era constituído plenamente por unidades temáticas como esta. Nesse sentido, torna-se apropriado identificar a percepção que estes profissionais têm sobre as suas próprias habilidades pedagógicas referentes a essa prática corporal e uma autoavaliação quanto ao impacto deste fator para uma implementação assertiva e eficiente desta modalidade no ambiente escolar atual. Vale ressaltar que, considerando os efeitos colaterais do período de isolamento social decorrentes da pandemia da COVID-19, o setor público também teve suas propostas políticas retardadas, como é o caso dos cursos de formação continuada de professores das redes municipal e estadual.

Palavras Chaves: BNCC; Educação Física Escolar; Formação Continuada.

1. INTRODUÇÃO

Em 2017, com o advento das novas recomendações para que instituições brasileiras de ensino das redes pública e privada (re)construíssem e/ou revisassem seus currículos (BRASIL, 2017), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tornou conteúdo primordial no processo de formação continuada dos profissionais de educação.

Este documento detalha minuciosamente as competências e habilidades que

deverão ser desenvolvidas pelos alunos durante o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental. Os conteúdos específicos da Educação Física, alocada na Área de Linguagens, são divididos em 06 unidades temáticas: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais (BRASIL, 2017).

Embora tenha altíssima relevância para a consolidação de uma Educação Física Escolar com ênfase na Cultura Corporal do Movimento (BRATCH, 2010), a BNCC traz como promessas algumas modalidades de práticas corporais de menor expressividade popular em algumas destas unidades temáticas, como por exemplo: jogos eletrônicos, remo, patinação, bocha, golfe, nado sincronizado, saltos ornamentais, peteca, badminton, squash, beisebol, rúgbi, críquete, frisbee, hóquei sobre grama, pólo aquático, ginástica laboral, ginástica funcional, ginástica natural, ioga e todas as modalidades de práticas corporais de aventura urbanas e na natureza (BRASIL, 2017).

Considerando essa limitação no conhecimento técnico dessas modalidades, devem ser ofertados cursos de formação continuada aos professores, para que possam compreender tecnicamente estes conteúdos e, posteriormente, aplicá-los em suas práticas docentes de maneira assertiva e eficiente (CALLAI, BECKER & SAWITZKI, 2019). Ou seja, a BNCC implica na obrigatoriedade da formação continuada dos professores para que alcance seus objetivos pedagógicos (SOUZA, MORAIS & SILVA, 2020).

No entanto, a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19 e a instauração dos protocolos de educação à distância por acessos remotos retardaram esse processo de formação continuada dos professores (BIELAVSKI et. al., 2021). Como efeito colateral desse cenário, a Educação Física encontra-se numa dialética entre o que deve desenvolver em suas aulas e o que é capaz de produzir (MARRA, RIBEIRO & NUNES, 2022).

Tendo em vista o tema do trabalho Práticas Corporais de Aventura, este trabalho tem como objetivo identificar a percepção de professores de Educação Física da rede pública da Grande Vitória/ES acerca da relação entre o nível de (in)capacidade técnica para ensino da unidade temática sugerida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Práticas Corporais de Aventura, e o grau de qualidade na implementação da mesma no cotidiano laboral, por meio de questionário autoavaliativo.

Este trabalho permitirá que através de questionários autoavaliativos nós e os professores de Educação Física possamos observar sobre suas capacidades de ensinar os conteúdos de práticas corporais de aventura.

Antes do preenchimento do formulário para identificação dos objetivos, foram propostas questões para identificar a amostra, a partir dos seguintes parâmetros: faixa etária, grau de escolaridade, titulação de maior nível, período de formação profissional, período de conclusão da graduação, ano de finalização da graduação, experiência profissional, tempo de atuação, tipo de instituição de ensino em que atua e tamanho/dimensão da instituição.

2. METODOLOGIA E MÉTODOS DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa utilizada para este trabalho é de caráter qualiquantitativa, visto que, segundo Cardoso (2015):

é a metodologia que usa a busca de dados e de materiais, e tem como objetivo a interpretação do que se observa para o preparo de um relatório baseado na compreensão dos resultados para a solução do problema de pesquisa, buscando reunir informações, que levem ao conhecimento dos acontecimentos, corroborando com os motivos para poder elaborar uma teoria.

A pesquisa quali-quantitativa é importante porque é a investigação que agrupa diversas estratégias de busca, que partilham determinadas características. Portanto, o levantamento de dados para este estudo, deu-se por meio de um instrumento de pesquisa survey. Cuja coleta de dados deu-se a partir de informações adquiridas por um determinado grupo de pessoas que fazem parte do público alvo deste estudo: Profissionais da área de Educação Física.

Para tanto, foi realizado um questionário utilizando o aplicativo da *Google Forms*. Desta maneira, foi possível enviar o questionário aos professores selecionados, depois aferir e mensurar os resultados obtidos. Pretende-se a realização de uma situação habitual, em que os professores de Educação Física respondendo o questionário presente no seguinte endereço eletrônico: https://forms.gle/w67CnUkqmzSco4be9, possam por meio desta pesquisa científica, fazer uma autoavaliação do seu desempenho profissional sobre o grau de capacidade técnica que possuem acerca da seis unidades temáticas sugeridas pela BNCC.

Participaram da amostra 30 profissionais de Educação Física, sendo eles profissionais especificamente do Ensino Fundamental, que atuam na rede pública de ensino do Espírito Santo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a BNCC é uma diretriz que foi implementada recentemente, foram identificados dois parâmetros que podem impactar diretamente no contato destes profissionais com seus conteúdos, como a faixa etária (tabela 1) e o ano de conclusão de curso de graduação (tabela 2). Em relação a distribuição das faixas etárias da amostra tem-se que 20,0% dos profissionais estão na faixa etária de 21 a 30 anos (n=6), 33,3% de 31 a 40 anos (n=10), 33,3% de 41 a 50 anos (n= 33%), 10,0% de 51 a 60 anos (n= 3) e 3,4% dos profissionais estão na faixa etária de acima de 60 anos.

Tabela 1 – Distribuição da Amostra por Faixa Etária

-	n	%
21~30 anos	06	20,0%
31~40 anos	10	33,3%
41~50 anos	10	33,3%
51~60 anos	03	10,0%
+60 anos	01	03,4%
Total	30	100%

Fonte: produzido pelo autor

É de suma importância também relacionar a faixa etária dos docentes (tabela 1) com a boa ou má qualidade da aula. Para isso, Lemos (2007) identifica em seu estudo a dissociação de professores com até 39 anos de idade e dos que estão acima desta faixa etária ao que se refere ao grau de insatisfação à disposição dos materiais didáticos.

Os docentes com até 39 anos de idade apresentam maior insatisfação neste quesito, enquanto os que estão acima desta faixa etária, menor. Sendo assim, o alto grau de insatisfação na docência, seja em qualquer quesito, pode instigar a desmotivação do próprio profissional, que consequentemente refletirá na queda da qualidade das aulas, somado ao absenteísmo (LEMOS, 2007).

Já no que diz respeito ao ano de conclusão da graduação em Educação Física tem-se que 76,7% estão os profissionais que concluíram antes de 2017 (n=23), 13,3% entre 2018 e 2019 (n=4) e 10,0% estão os profissionais que concluíram de 2020 aos dias atuais (n=3).

Tabela 2 – Distribuição da Amostra por Ano de Conclusão de Curso

	n	%
Antes de 2017	23	76,7%
Entre 2018 e 2019	04	13,3%

De 2020 aos dias atuais	03	10,0%
Total	30	100%

Leva-se em conta que a maior parte da amostra, considerando o ano de conclusão de curso (tabela 2), graduou-se antes de 2017, ou seja, anterior à criação da BNCC. Entende-se que a unidade temática central deste artigo se tornou foco de diversos professores após essa mudança, pois houve um aumento considerável nas publicações acadêmicas acerca do tema de Práticas Corporais de Aventura nas aulas de Educação Física escolar (França et al., 2023). A qualidade das aulas e o grau de conhecimento em diversas unidadestemáticas podem ser reflexos da qualificação do docente, que é mostrado muitas vezes através do nível de formação profissional. Para Martins e Mello (2019, p. 169), quanto maior a qualificação do professor, maior a possibilidade de se oferecer uma educação de qualidade na escola. Entretanto, para os mesmos autores, a maior parte dos professores da Educação Infantil, na década retrasada, possuía apenas o ensino médio completo.

Nesse sentido, foi identificado o nível de formação profissional da amostra (tabela 3) para investigar se isso se repete na atualidade, porém nesta pesquisa deu- se prioridade a investigar o ensino fundamental.

Tabela 3 – Distribuição da Amostra por Nível de Formação Profissional

n	%
02	06,7%
27	90,0%
-	-
01	03,3%
-	-
-	-
30	100%
	02 27 - 01 -

Fonte: produzido pelo autor

Em relação ao grau de escolaridade, tem-se que 6,7% dos profissionais possuem grau de escolaridade como ensino superior completo (n=2), 90,0% como pós-graduação lato sensu (especialização) (n=27), 3,3% como pós-graduação stricto sensu (mestrado) e nenhum dos profissionais possuem grau de escolaridade como pós-graduação stricto sensu (pós-doutorado) (n=0), pós-graduação (mestrado profissional) (n=0) ou pós-graduação stricto sensu (doutorado) (n=0).

Compreende-se que a maioria dos entrevistados possuem grau de escolaridade como pós-graduação lato sensu (especialização). Mudança notória, que é extremamente positiva, pois evidencia a importância da formação continuada, onde

os professores, que ainda são desvalorizados no país, tornam-se cada vez mais atuantes, confrontadores, questionadores e estimuladores em revisar as concepções e as práticas na docência, buscando trazer sempre a melhora na qualidade das aulas (Martins e Mello, 2019, p.169)

Quanto maior o tempo de atuação do profissional (tabela 4), maior pode ser o seu nível de escolaridade, assim como a experiência em abordar desde atividades mais simples até as mais complexas. Quando relacionamos esse fator ao presente estudo, também levamos em consideração a base do que deverá ser passado em aula, sendo direcionados pela BNCC aqueles que iniciaram suas atuações a partir de 2017.

Tabela 4 – Distribuição da Amostra por Tempo de Atuação Profissional

	n	%
Menos de 1 ano	01	03,3%
Entre 1 e 5 anos	08	26,7%
Entre 5 e 10 anos	07	23,3%
Entre 10 e 15 anos	02	06,7%
Entre 15 e 20 anos	06	20,0%
Mais do que 20 anos	06	20,0%
Total	30	100%

Fonte: produzido pelo autor

Em relação ao tempo de atuação profissional em ambientes escolares, tem-se que 3,3% dos profissionais atuam a menos de 1 ano (n=1), 26,7% entre 1 e 5 anos (n=8), 23,3% entre 5 e 10 anos, 6,7% entre 10 e 15 anos (n=2), 20% entre 15 e 20 anos (n=6) e 20% dos profissionais atuam a mais do que 20 anos (n=6).

A maior parte dos entrevistados, formada pelas faixas de menos de 1 ano, entre 1 e 5 anos e de entre 5 e 10 anos, teve pelo menos 30% de vivência durante a pandemia da COVID 19, esses números podem chegar a até mesmo 60%. Ao que se diz relacionado acerca do tempo de atuação profissional da amostra (tabela 4) e a realidade pandêmica, tem-se que o ensino teve de ser adaptado para o meio virtual, com aulas à distância, e ainda está a sofrer novas adaptações, desde seu retorno ao meio físico, nas escolas e em realidade pós-pandemia. De acordo com Gaya (2023), esses anos de pandemia foram prejudiciais para o desenvolvimento dos jovens:

Os efeitos nefastos da pandemia sobre os níveis de alfabetização motora, desenvolvimento motor, sobre atividades física, sedentarismo e aptidão física relacionadas à saúde, ao desempenho esportivo e a saúde mental em nossas crianças e jovens são evidentes (GAYA, 2023).

O ensaio de Gaya (2023) transmite, em tom provocativo, estímulos para novos professores e também estudantes de Educação Física sobre a necessidade de se gerar mais reflexões, debates e questionamentos acerca das divergências filosóficas e pedagógicas impostas, abordadas em "Reconectar a Educação Física à escola: um desafio pós-pandêmico (Cardoso Coelho et al., 2022)", portanto sendo, segundo o ensaísta, insuficientes como meio de reconexão da docência com a escola e consequentemente necessitando de uma abordagem mais propositiva em prol de uma melhora qualidade de vida dos alunos.

Para esse estudo ficamos restritos a escolas da rede pública municipal, estadual e federal. Não por ser uma grande preferência, mas por se tratar da necessidade de se ater para a grande realidade dos brasileiros. Para Moraes e Belluzzo (2014), escolas privadas produzem uma maior qualidade de ensino, enquanto, o único ponto em que as públicas saem na frente, seriam de acordo com o número de profissionais com mais de 5 anos com experiência e a proporção que fez pós-graduação.

Tabela 5 – Distribuição da Am	ostra por Red	e de Ensino
	n	%
Rede pública (municipal)	28	93,3%
Rede pública (estadual)	5	16,7%
Rede pública (federal)	0	0,0%
Total	30	100%

Fonte: produzido pelo autor

Em relação ao modelo de escola em que atuam, tem-se que 93,3% dos profissionais atuam na rede pública (n=28), 16,7% na rede pública (estadual) (n=5) e nenhum dos profissionais atuam na rede pública (federal) (n=0).

A diferença em valores conforme explicita a tabela acima já era esperado, simplesmente pelo fato do número de escolas municipais existentes, segundo Brasil (2022), a rede municipal é a principal responsável por ofertar os primeiros anos de ensino sendo, 69,6% que corresponde a 84,8% dos alunos de toda a rede pública, apesar desse número ter caído para 7,1 pontos entre 2020 e 2021, ainda é formado pela grande maioria.

Quando se trata do tamanho das escolas ou do órgão que as gere, temos as políticas públicas sendo colocadas em pauta. Para Freire (2018) esse tema se tornou muito amplo nos últimos anos, porém não se tem nenhuma garantia de que seus

gestores irão cumprir seu papel com a exigência da sociedade, pois não há fiscalização, apesar de que a demanda de verba tenha aumentado para a educação pública, ainda não é suficiente para suprir a necessidade real.

A educação depende de muitos fatores para funcionar da forma que deveria, temos problemas como a falta de infraestrutura nas escolas e melhoria salarial dos docentes, uma vez que aumentaria o incentivo à educação, tanto para quem vive no meio interno quanto para quem vê externamente, pois vemos cada vez mais a baixa procura pela carreira docente.

Tabela 6 – Distribuição da Amostra por Porte da Instituição de Ensino

	n	%
Menos de 500 alunos (pequeno porte)	16	53,3%
Entre 500 e 1000 alunos (pequeno-médio porte)	13	43,3%
Entre 1001 e 2000 alunos (médio porte)	02	06,7%
Mais e 2000 alunos (grande porte)	-	-
Total	30	100%

Fonte: produzido pelo autor

Em relação ao tamanho das escolas em que atuam, tem-se que 53,3% dos profissionais atuam em escolas de pequeno porte (n=16), 43,3% de pequeno-médio porte (n=13), 6,7% de médio porte (n=2) e nenhum dos profissionais atuam em escolas de grande porte (n=0).

Analisando a tabela 6, temos uma grande porcentagem de escolas de pequeno e pequeno-médio porte. Para Bendrath e Malagutti (2020) a questão da infraestrutura nas escolas é um tema pouco debatido em meio acadêmico no Brasil, uma vez que a arquitetura da escola influencia muito no processo de aprendizagem dos alunos.

Escolas de grande, médio e pequeno porte se diferem quando se trata de estrutura, e sabemos que algumas delas infelizmente sofrem uma grande carência de falta de materiais, e as mais afetadas são as de pequeno porte. O ponto onde queremos chegar, é de que nem todos os professores incluídos na pesquisa possuem um ambiente totalmente apropriado para a aplicação de suas aulas, tendo que muitas vezes colocar sua criatividade em prova para tal.

Tabela 7 – Distribuição da Amostra por Quantidade de Profissionais na Escola

	n	%
Um profissional de Educação Física	08	26,7%
Dois profissionais de Educação Física	09	30,0%
Três profissionais de Educação Física	09	30,0%
Quatro profissionais de Educação Física	01	03,3%
Cinco profissionais de Educação Física	02	06,7%
Seis profissionais de Educação Física	-	-
Sete profissionais de Educação Física	01	03,3%
Total	30	100%

Em relação ao quantitativo de profissionais de Educação Física que atuam nessas escolas, tem-se que 26,7% delas possuem um profissional de Educação Física atuando (n=8), 30% possuem dois (n=9), 30% possuem três (n=9), 3,3% possuem quatro (n=1), 6,7% possuem cinco (n=2), 3,3% possuem sete (n=1) e nenhuma possui seis profissionais de Educação Física atuando (n=0).

Essa tabela de resultados é importante para esse estudo pois nos mostra a quantidade quase exata de profissionais que atuam nessas escolas, onde podemos observar que, tem escolas com bastante profissionais de Educação Física atuando nelas, onde também tem escolas com uma quantidade menor de profissionais de Educação Física atuando nelas.

Podemos observar na tabela que oito profissionais de Educação Física relataram que na escola onde trabalham tem somente um Profissional de Educação Física, mas como também um outro profissional de Educação Física relatou que tem sete profissionais de Educação Física atuando nas escolas que ele trabalha, e de acordo com a tabela, nenhum resultado de escola com seis profissionais de Educação Física.

Todavia, podemos ressaltar que há uma grande quantidade de profissionais de Educação Física na maioria das escolas e reforçar que eles são muito importantes para que o ensino aprendizagem seja passado para os alunos. "A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda." (FREIRE, 2000, p. 67)

A relação dos níveis de Ensino que os profissionais de Educação Física atuam é importante para esse estudo pois nos mostra a quantidade quase exata de profissionais que atuam em cada área de Ensino.

Tabela 8 – Distribuição da amostra por níveis de ensino que atuam

	n	%
Ensino Infantil	05	16,7%
Ensino Fundamental I	06	20,0%
Ensino Fundamental II	05	16,7%
Ensino Médio	-	-
Ensino Infantil e Ensino Fundamental I	02	06,7%
Ensino Infantil e Ensino Fundamental II	01	03,3%
Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II	04	13,3%
Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II	05	16,7%
Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio	01	03,3%
Ensino Fundamental II e Ensino Médio	01	03,3%
Total	30	100%

Em relação aos níveis de ensino em que atuam, tem-se que 16,7% dos profissionais atuam somente no Ensino Infantil (n=5), 20% apenas no Fundamental I - anos iniciais (1º ao 5º anos) (n=6), 16,7% apenas no Fundamental II - anos finais (6º ao 9º anos) (n=5), 6,7% no Ensino Infantil e Fundamental I (n=2), 3,3% no Ensino Infantil e Fundamental II (n=1), 13,3% no Ensino Infantil, Fundamental I e II (n=4), 16,7% no Ensino Fundamental I e II (n=5), 3,3% no Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio (n=1), 3,3% no Ensino Fundamental II e Ensino Médio (n=1) e nenhum dos profissionais atuam somente no Ensino Médio (n=0).

A tabela 8 é importante para esse estudo pois tem como objetivo mostrar em quais níveis de ensino os professores atuam e a quantidade de profissionais que atuam em cada nível de ensino, e saber a quantidade de professores no nível que atua é muito importante.

Podemos observar nitidamente na tabela acima que na parte de profissionais que trabalham somente em Ensino Médio não está preenchido, porque quase sempre esses profissionais, não generalizando, optam por dar aula em mais de uma nível de Ensino, seja por escolha própria ou pela própria sedu que escolhe por eles, por isso podemos observar que nessa amostra os profissionais atuam em mais de um nível de ensino.

Tendo em vista também que a área da Educação Física escolar tem crescido bastante nos últimos anos, e com isso vários profissionais de Educação Física vem ocupando seu espaço no ambiente escolar, e com isso tudo a valorização Física e a promoção do desporto.

A Comissão de Educação aprovou o PL 3467/2019, que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a valorização da educação física e a promoção do desporto escolar como forma de desenvolvimento integral do cidadão.

Tabela 9 – Distribuição da amostra por quantidade de turmas que possuem

	n	%
Menos de 5 turmas	02	06,7%
Entre 5 e 10 turmas	15	50,0%
Entre 11 e 15 turmas	09	30,0%
Entre 16 e 20 turmas	03	10,0%
Mais de 20 turmas	01	03,3%
Total	30	100%

Fonte: produzido pelo autor

Em relação a quantas turmas são ministradas, tem-se que 6,7% dos profissionais ministram menos de 5 turmas (n=2), 50,0% entre 5 e 10 turmas (n=15), 30,0% entre 11 e 15 turmas (n=9), 10,0% entre 16 e 20 turmas (n=3) e 3,3% dos profissionais ministram mais que 20 turmas (n=1).

Já nessa tabela 9, percebe-se a diferença de aulas ministradas entre cada professor, que varia de acordo com cada escola em que eles atuam, em um número de aulas mais relevantes entre 5 a 15.

Na concepção de Barbosa (2001) quando o professor se limita a ministrar apenas aulas ditas "práticas", nas quais são trabalhados somente movimentos corporais, estaremos fazendo o "jogo do sistema", ou seja, a manipulação exercida pelo desporto de alto nível, e privando os alunos de desenvolverem sua consciência crítica.

Em relação ao quantitativo de aulas ministradas por semana (tabela 10), temse 3,3% dos profissionais ministram menos de 5 aulas/semana (n=1), 6,7% entre 5 e 10 aulas/semana (n=2), 13,3% entre 11 e 15 aulas/semana (n=4), 33,4% entre 16 e 20 aulas/semana (n=10), 20,0% entre 21 e 25 aulas/semana (n=6) e 23,3% dos profissionais ministram mais de 25 aulas/semana (n=7).

Tabela 10 – Distribuição da amostra por quantidade de aula semanais

	n	%
Menos de 5 aulas/semana	01	03,3%
Entre 5 e 10 aulas/semana	02	06,7%
Entre 11 e 15 aulas/semana	04	13,3%
Entre 16 e 20 aulas/semana	10	33,4%

Entre 21 e 25 aulas/semana	06	20,0%
Mais de 25 aulas/semana	07	23,3%
Total	30	100%

Muitos desses profissionais pesquisados, possuem diferentes cargas horárias que são entre 25 a 40 horas semanais, e cada turma tem 2 aulas de educação física por semana, apontando uma maior porcentagem de atuação entre 16 e 25 aulas ministradas por semanais.

Para Nascimento (1998, apud LORENZ e TIBEAU, 2003) "a educação física tem como objeto de estudo o conhecimento corporal, através dos jogos, atividades lúdicas, danças, lutas e outras práticas de ensino". Muito se discute e se orienta sobre diversos conteúdos e sobre o que aplicar nas aulas de educação física, mas nem sempre o tempo de aula é suficiente para isto

A unidade temática central deste artigo, Práticas Corporais de Aventura, está em evidência pela BNCC desde 2017, sendo importante para compor a grade de estudos dos jovens. Relacionado a isso, tornam-se relevantes os resultados acerca da autoavaliação da amostra sobre os aspectos capacitivos (tabela 11) e qualitativos (tabela 12) que cercam o conhecimento da mesma quanto às modalidades envolvidas na unidade temática referida.

É relevante salientar que as modalidades comumente praticadas fisicamente em um contexto extraescolar não serão abordadas diretamente neste contexto. Consciente dos desafios inerentes à organização dessas atividades escolares, merecem destaque a escassez de locais apropriados, a carência de recursos materiais, bem como a falta de compreensão da instituição de ensino em relação aos conteúdos específicos abordados na disciplina de Educação Física (Oliveira et al., 2020).

Tabela 11 – Autoavaliação da capacidade de ensinar Práticas Corporais de Aventura

Modalidades	Não conheço	Nada capacitado/a	Pouco capacitado/a	Capacitado/a	Muito capacitado/a	
Arborismo	03 (10,0%)	10 (33,3%)	12 (40,0%)	04 (13,4%)	01 (03,3%)	
Arvorismo	03 (10,0%)	09 (30,0%)	11 (36,7%)	05 (16,7%)	02 (6,7%)	
Buildering	07 (23,3%)	15 (50,0%)	08 (26,7%)	-	-	
Canoagem	02 (06,7%)	16 (53,3%)	11 (36,7%)	01 (03,3%)	-	
Escalada	01 (03,3%)	11 (36,7%)	11 (36,7%)	04 (13,3%)	03 (10,0%)	
Montanhismo	02 (06,7%)	12 (40,0%)	12 (40,0%)	02 (06,7%)	02 (06,7%)	

Mountainbike	01 (03,3%)	13 (43,3%)	11 (36,7%)	04 (13,4%)	01 (03,3%)
Paintball	01 (03,3%)	11 (36,7%)	14 (46,7%)	02 (06,7%)	02 (06,7%)
Parkour	01 (03,3%)	12 (40,0%)	09 (30,0%)	06 (20,0%)	02 (06,7%)
Patins	01 (03,3%)	08 (26,7%)	12 (40,0%)	06 (20,0%)	03 (10,0%)
Rapel	01 (03,3%)	16 (53,3%)	08 (26,7%)	03 (10,0%)	02 (06,7%)
Skate	01 (03,3%)	07 (23,3%)	14 (46,7%)	08 (26,7%)	-
Slackline	01 (03,3%)	08 (26,7%)	10 (33,3%)	09 (30,0%)	02 (06,7%)
Stand-up paddle	02 (06,7%)	14 (46,7%)	09 (30,0%)	04 (13,4%)	01 (03,3%)
Surfe	01 (06,7%)	12 (40,0%)	12 (40,0%)	03 (10,0%)	02 (06,7%)

Em relação ao grau de capacitação dos docentes quanto à unidade temática, tem-se que o buildering seja o ponto fora da curva, no sentido negativo. Isso porque, 23,3% da amostra não conhecem a modalidade e nenhum profissional encontra-se entre as faixas de mais altas capacitações.

Para tal assunto, é preciso entender o porquê do *buildering* ter sido tratado por tantos profissionais como modalidade desconhecida: a prática mencionada está na pesquisa na língua inglesa, significando "escalada urbana". Possivelmente, a língua utilizada pode ser a causa desse resultado, uma vez que, segundo a pesquisa do *British Council*, a população brasileira só possui 1% de fluentes nessa língua estrangeira, enquanto apenas 5% está entre os que possuem bom entendimento, mas sem fluência (E+B EDUCAÇÃO; MARQUES, 2022).

Ao que diz respeito a um meio termo, tem-se as seguintes modalidades: arborismo, arvorismo, paintball, parkour e skate. Juntos possuem uma média de 72,7% (cerca de 22 profissionais por modalidade) entre as faixas de mais baixas capacitações.

Para Resende Júnior (p. 6, 2010), a qualificação do profissional se dá a partir do conhecimento específico e prático na área de interesse. Portanto, o mesmo invalida o conhecimento somente teórico para aplicação da prática e valida a capacidade do profissional acerca da experiência e qualidade técnica do próprio docente quanto à modalidade ministrada, ou seja, de acordo com o mesmo, "se tu queres ser um bom professor de natação, o mínimo que tu tens que fazer é nadar bem".

Partindo para os destaques positivos, tem-se patins e slackline como modalidades com resultados minimamente satisfatórios, uma vez que são as únicas a terem ao menos 30,0% dos docentes entre as faixas de mais altas capacitações.

Mesmo o slackline e o patins sendo modalidades que mais possuem amostras que recorreram por maiores capacitações, ainda existe um desafio na realização delas envolvendo a situação da infraestrutura escolar (MARTINS e MARTINS, 2021). Os autores também abordam a importância da BNCC no processo de formação inicial de docentes como um meio de aproximação dos campos acadêmicos e profissionais, desde que seus conteúdos de ensino sejam contemplados em matrizes curriculares.

Tabela 12 – Autoavaliação da qualidade no ensino das Práticas Corporais de Aventura

Modalidades	Não utilizo	Pouca qualidade	Moderada qualidade	Boa qualidade	Excelente qualidade
Arborismo	24 (80,0%)	01 (03,3%)	-	05 (16,7%)	-
Arvorismo	24 (80,0%)	01 (03,3%)	-	05 (16,7%)	-
Buildering	28 (93,3%)	-	-	02 (06,7%)	-
Canoagem	27 (90,0%)	01 (03,3%)	-	02 (06,7%)	-
Escalada	18 (60,0%)	06 (20,0%)	02 (06,6%)	02 (06,6%)	02 (06,6%)
Montanhismo	25 (83,3%)	01 (03,3%)	01 (03,3%)	02 (06,7%)	01 (03,3%)
Mountainbike	27 (90,0%)	-	01 (03,3%)	02 (06,7%)	-
Paintball	26 (86,7%)	01 (03,3%)	01 (03,3%)	02 (06,7%)	-
Parkour	18 (60,0%)	04 (13,4%)	01 (03,3%)	03 (10,0%)	04 (13,4%)
Patins	24 (80,0%)	03 (10,0%)	-	03 (10,0%)	-
Rapel	26 (86,7%)	01 (03,3%)	-	02 (06,6%)	01 (03,3%)
Skate	17 (56,7%)	06 (20,0%)	01 (03,3%)	05 (16,7%)	01 (03,3%)
Slackline	12 (40,0%)	06 (20,0%)	01 (03,3%)	09 (30,0%)	02 (06,7%)
Stand-up paddle	26 (86,7%)	01 (03,3%)	01 (03,3%)	02 (06,7%)	-
Surfe	27 (90,0%)	-	01 (03,3%)	02 (06,7%)	-

Fonte: produzido pelo autor

Em relação ao grau de qualidade das aulas dentro da Unidade Temática de Práticas Corporais de Aventura, tem-se como destaques negativos a falta de utilização das modalidades *Patins* e *Paintball*. Isso porque, quando relacionamos os resultados da tabela 11 com os da tabela 12, torna-se visível a existência de uma problemática altíssima, onde os profissionais estão parcialmente capacitados, mas não inserem as práticas em sua docência.

De acordo com Martins e Martins (2021), essa realidade decorre da tendência dos professores de Educação Física no Brasil em restringir suas aulas para atender às preferências dos alunos, que demonstram um notável desinteresse em explorar novas práticas corporais, concentrando-se exclusivamente em esportes tradicionais como basquetebol, futebol, handebol e voleibol. No entanto, os autores ressaltam que

a prática do *Slackline* se destaca em relação às outras modalidades da área temática devido à sua ampla aceitação entre os estudantes. Sua fácil flexibilização permite a criação de aulas de alta qualidade, mesmo quando não se dispõe de recursos específicos, fazendo uso de materiais didáticos improvisados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar a percepção dos professores de Educação Física da rede pública da região da Grande Vitória/ES em relação à conexão entre sua capacidade técnica para ensinar a unidade temática de Práticas Corporais de Aventura, conforme proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o grau de qualidade da sua implementação no ambiente de trabalho diário. Para tal, utilizou-se um questionário autoavaliativo com abordagem quali-quantitativa. A elaboração deste trabalho revelou que uma considerável parcela dos profissionais carece de conhecimento e habilidades para implementar as PCA (Práticas Corporais de Aventura) nos ambientes escolares. Além disso, é preocupante constatar que muitas instituições de ensino não dispõem de espaços físicos adequados e/ou recursos didáticos específicos, o que representa um desafio significativo para o docente. É importante ressaltar que a incorporação dessas modalidades de aventura pode conferir um atrativo adicional às aulas, proporcionando maior engajamento por parte dos alunos. Dessa forma, urge uma reflexão mais aprofundada sobre essa unidade temática, visando o desenvolvimento de estratégias e soluções que permitam a integração bem-sucedida dessas práticas no contexto educacional.

Consequentemente, a implementação das PCA no ambiente escolar configurase como uma abordagem inovadora, de grande relevância e que demanda a inclusão desde os primeiros anos de escolaridade dos alunos. Essas práticas propiciam um desenvolvimento cognitivo, o aprimoramento de habilidades psicomotoras e a vivência de emoções, estabelecendo uma interação entre o aluno e o meio-ambiente, com vistas ao bem-estar geral. É imprescindível reconhecer o valor dessa abordagem e também considerar sua incorporação como parte integrante do currículo escolar, proporcionando assim oportunidades enriquecedoras para os estudantes. Considerando essa perspectiva, surge a imperativa necessidade de conduzir estudos adicionais com o intuito de aprofundar o conhecimento e promover descobertas nessa área específica. É essencial investigar acerca das razões pelas quais muitas escolas e instituições de ensino, principalmente na região de Grande Vitória/ES, não oferecem aulas adequadas de Educação Física com enfoque nas Práticas Corporais de Aventura.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de realizar mais pesquisas que abordem a qualificação profissional dos professores, abrangendo tanto os jovens acadêmicos que estão no início de sua graduação quanto os docentes com vasta experiência e currículos notáveis. É imprescindível explorar os resultados dessas investigações, uma vez que podem gerar discussões mais amplas, abordagens inovadoras e transformações significativas na qualificação dos profissionais. Compreende-se que ao persistir nessa busca por conhecimento, é possível elevar a qualidade das aulas, aprofundar o nível de conhecimento dos professores e, por conseguinte, alcançar maior sucesso na promoção da saúde e educação dos alunos. Encoraja-se, portanto, a dedicação aprofundada nesse campo de pesquisa, visando contribuir para um ambiente educacional mais enriquecedor e eficiente.

Diante disso, entende-se que é responsabilidade da comunidade científica, docentes, acadêmicos e de entusiastas da Educação Física escolar a promoção de pesquisas mais aprofundadas sobre esse tema, explorando as diversas abordagens e soluções possíveis para enriquecer a prática pedagógica no contexto educacional.

5. REFERÊNCIAS

BENDRATH, Eduard Angelo; MALAGUTTI, João Paulo Melleiro. O fator infraestrutura em projetos de esporte e lazer em escolas públicas. **Pensar a Prática**, v. 23, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: A Educação é a Base. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica; (2018, p.39).

BRASIL. Ministério da educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília (2021).

CARDOSO, Elisabete M. Somavilla. A influência da internet na escrita em sala de aula. Curso de Pós-Graduação em Mídias Integradas na Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2015.

DOMÍNGUEZ, Adrián; NAVARRETE, Joseba Saenz de; MARCOS, Luis de; SANZ, Luis Fernández; PAGÉS, Carmen; HERRÁIZ, José Javier Martínez. Gamifying learning experiences: **Practical implications and outcomes. Journal Computers & Education**, Virginia, v. 63, p. 380–392, 2013.

FREIRE, A. do N. As políticas públicas de educação no Brasil recente: um novo olhar sobre a educação do município de Ruy Barbosa- RN. **Revista Hipótese**, Bauru,

v. 5, p. 2–12, 2019. Disponível em:

https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/104. Acesso em: 17 jun. 2023.

Freire, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra; 1981.

KAUFMANN, Jean-claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: **Vozes**; Maceió: Edufal, 2013.

YING, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ÁLVARES, L. M.; FREITAS, A.C. **Pesquisa qualitativa em linguagem**: trajeto(s) metodológico(s) da observação participante. João Pessoa: Ideia, 2018. E-book.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC): "A etapa da Educação Infantil" (da página 35 até 52). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=796 01-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 25 mai. 2023.

MARTINS, R. L. R.; MELLO, André. Perfil profissional dos Professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil Pública das capitais brasileiras. **Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 15, p. 160-172, 11 nov. 2019.

Moraes AGE de, Belluzzo W. **O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil.** Nova econ [Internet]. 2014May;24(2):409–30. Available from: https://doi.org/10.1590/0103-6351/1564

LEMOS, Carlos Augusto Fogliarini. Qualidade de vida na carreira profissional de professores de educação física do magistério público estadual/RS. 2007. Florianópolis, SC, [s. l.], 2007. Disponível em:

http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89948. Acesso em: 13 jun. 2023.

LORENZ, C. F.; TIBEAU C. Educação física no ensino médio: estudo exploratório sobre os conteúdos teóricos. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nº 66, 2003.

FRANÇA, D. L. DE; ROCHA, A. J. P. DA; DE OLIVEIRA, V.; VAGETTI, G. C. As práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física escolar: uma revisão de escopo. **Educação: Teoria e Prática**, v. 33, n. 66, p. e33[2023], 30 maio 2023.

GAYA, Adroaldo. DIVERGÊNCIAS SOBRE O ENSAIO RECONECTAR A EDUCAÇÃO FÍSICA À ESCOLA. **Expressa Extensão**, v. 28, n. 2, p. 203-217, 2023.

E+B EDUCAÇÃO; MARQUES, Daniele. **Brasil tem 1% da população fluente em inglês**. 17 jun. 2022. Disponível em:

https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/brasil-tem-1-da-populacao-fluente-em-ingles. Acesso em: 17 jun. 2023.

RESENDE JÚNIOR, Orlei Silveira de. Depoimento de Orlei Silveira de Resende Júnior. [Entrevista concedida a] DEMARCO, Paula Ribeiro; COUTINHO, Sílvia Lucas. **Lume UFRGS**, Porto Alegre, p. 01-07, 2010.

MARTINS, G. G.; MARTINS, R. L. R. Slackline como conteúdo de ensino na Educação Física escolar: análise da produção científica. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 6, n. 2, p. 28-54, 1 out. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33025/tefe.v6i2.3091>. Acesso em: 18 jun. 2023.